UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BELÉM
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

GABRIELA MENDES DE MORAIS

AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOCENTE E OS IMPACTOS NA ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS NO ESTADO DO PARÁ: um estudo sobre a infraestrutura das escolas

BELÉM
2025

GABRIELA MENDES DE MORAIS

AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOCENTE E OS IMPACTOS NA ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS NO ESTADO DO PARÁ: um estudo sobre a infraestrutura das escolas

Trabalho apresentado à Faculdade de Educação do campus de Belém da Universidade Federal do Pará, como requisito para a obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador(a): Professora Dra. Maria Izabel Alves dos Reis

Belém – PA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M538c Mendes De Morais, Gabriela.
As condições de trabalho docente e os impactos na alfabetização de crianças no Estado do Pará : Um estudo sobre a infraestrutura das escolas / Gabriela Mendes De Morais. — 2025.
25 f.

Orientador(a): Profª. Dra. Maria Izabel Reis
Trabalho de Conclusão (Graduação) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Faculdade de Educação, Belém, 2025.

1. Condições de trabalho docente . 2. Infraestrutura escolar . 3. Alfabetização . I. Título.

CDD 370

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Deus, por me amparar até aqui e me conceder forças para nunca desistir.

À minha mãe, que desde sempre acreditou em mim, me apoiou e esteve ao meu lado em todos os momentos da minha vida: obrigada por tudo que fez por mim. Esta conquista também é sua.

Ao meu padrinho, Antônio Carlos, que teve papel fundamental na minha criação e sempre cuidou de mim como uma filha. Às minhas tias e tios, especialmente à tia Rita e à tia Rouse, por todo carinho e dedicação ao longo da minha trajetória e por celebrarem cada uma das minhas vitórias.

Aos meus primos e primas, que são presença constante na minha vida, principalmente às minhas crianças, que me fazem compreender todos os dias o motivo de ter escolhido esta profissão. Agradeço de forma especial à minha prima Bianca, por confiar e apoiar meu trabalho como professora nas aulas de reforço do Luís Otávio.

Ao meu pai e à minha família paterna, principalmente à minha irmã Caroline Morais, que me deu o privilégio de ser professora da minha sobrinha. Foram momentos muito especiais, e me sinto honrada em ter contribuído para o desenvolvimento da Manuela.

Aos meus amigos de vida, da escola e da faculdade, que estiveram comigo em todos os momentos, celebrando minhas conquistas, me apoiando e tornando tudo mais leve mesmo nos dias difíceis: muito obrigada!

Vocês são parte essencial da minha história, e serei eternamente grata por cada gesto, cada palavra e cada abraço que recebi ao longo desta jornada.

AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOCENTE E OS IMPACTOS NA ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS NO ESTADO DO PARÁ: um estudo sobre a infraestrutura das escolas

Gabriela Mendes de Morais[1]

RESUMO

O processo de alfabetização constitui uma etapa fundamental para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças, sendo determinante para sua formação integral e para o exercício pleno da cidadania. Entretanto, as condições de trabalho dos/as professores/as exercem influência significativa sobre o êxito desse processo. A precarização da infraestrutura escolar, a desvalorização profissional e a insuficiência de recursos pedagógicos configuram-se como fatores que comprometem a qualidade da alfabetização. Este artigo tem como objetivo geral analisar os impactos das condições de trabalho docente no processo de alfabetização de crianças no Pará. Especificamente, busca-se: (i) investigar os principais fatores estruturais e organizacionais que compõem as condições de trabalho no contexto da alfabetização; e (ii) avaliar a correlação entre a precarização do trabalho docente e os resultados da alfabetização em escolas públicas paraenses. A pesquisa adota abordagem qualitativa, fundamentada em análise documental de políticas públicas educacionais do estado do Pará, complementada pelo exame de dados estatísticos oficiais que permitem mapear o cenário da alfabetização na região. Os resultados evidenciam que a precariedade da infraestrutura escolar, somada à escassez de condições adequadas de trabalho, constitui desafio recorrente que compromete tanto a prática docente quanto o desempenho dos estudantes. Assim, o estudo contribui para a compreensão dos obstáculos estruturais que permeiam o processo alfabetizador no Pará e reforça a urgência de políticas públicas capazes de assegurar condições dignas de trabalho aos professores, como estratégia indispensável para o avanço da educação.

Palavras-chave: Alfabetização; Condições de Trabalho; Educação Básica; Pará; Políticas Educacionais.

ABSTRACT

The literacy process is a fundamental stage in children's cognitive, social, and emotional development, and is crucial for their comprehensive development and the full exercise of citizenship. However, teachers' working conditions significantly influence the success of this process. The precariousness of school infrastructure, professional devaluation, and insufficient pedagogical resources are factors that compromise the quality of literacy instruction. This article aims to analyze the impact of teacher working conditions on the literacy process of children in Pará. Specifically, it seeks to: (i) investigate the main structural and organizational factors that shape working conditions in the context of literacy; and (ii) assess the correlation between the precariousness of teaching work and literacy outcomes in public schools in Pará. The research adopts a qualitative approach, based on a documentary analysis of public education policies in the state of Pará, complemented by the examination of official statistical data that allows mapping the literacy landscape in the region. The results demonstrate that the precariousness of school infrastructure, coupled with the lack of adequate working conditions, constitutes a recurring challenge that compromises both teaching practice and student performance. Thus, the study contributes to understanding the structural obstacles that permeate the literacy process in Pará and reinforces the urgency of public policies capable of ensuring

[1] Discente do curso de Pedagogia pela universidade Federal do Pará. Email: gabriela.morais@iced.ufpa.br

decent working conditions for teachers, as an indispensable strategy for the advancement of education.

Keywords: Literacy; Working Conditions; Basic Education; Pará; Educational Policies.

1 INTRODUÇÃO

A alfabetização, processo fundamental na jornada educacional de todo indivíduo, vai além das metodologias pedagógicas e da dedicação de professores e alunos. Um fator crucial, muitas vezes subestimado, é a infraestrutura física das escolas. Longe de ser apenas um pano de fundo, o ambiente escolar, as salas de aula, bibliotecas, recursos sanitários, espaços de lazer e condições gerais de conservação, exerce uma influência direta e profunda no desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita.

Uma infraestrutura adequada pode potencializar o aprendizado, oferecendo conforto, segurança e acesso a materiais didáticos que estimulem a curiosidade e a participação. Por outro lado, a precariedade dessas condições pode se tornar um obstáculo significativo, desmotivando, dispersando e até mesmo comprometendo a saúde e o bem-estar dos estudantes, impactando negativamente o processo de alfabetização e, consequentemente, a trajetória educacional dos alunos. Compreender essa relação é essencial para formular políticas públicas e investimentos que realmente promovam uma educação de qualidade para todos. De acordo com Garcia:

> A infraestrutura, englobando instalações, equipamentos pedagógicos e serviços é uma variável que tem impacto sobre o desempenho escolar dos alunos, o que não acontece em países desenvolvidos, pois as escolas contam, praticamente, com os mesmos recursos para o funcionamento e para a aprendizagem dos estudantes. Dependendo da localização das escolas, rural ou urbana, da esfera (municipal, estadual, particular), dos investimentos, no Brasil há grande diferença em relação à infraestrutura das unidades escolares (Garcia, 2014, p 141).

Identificou-se através de uma experiência de estágio em determinada instituição estadual de educação a carência de uma infraestrutura escolar melhor desenvolvida em determinados aspectos do espaço educacional, iniciando pela inserção em um local inapropriado até a instabilidade estrutural identificada nas dependências da escola. Observou-se que o mau funcionamento e a precariedade do espaço comprometiam a prática de atividades educativas, impossibilitando-os de realizar exercícios extracurriculares que fomentem o melhor aproveitamento do desenvolvimento do aluno, implicando também no exercício das atribuições docentes e pedagógicas no local para além da falta de estrutura como também a carência de recursos pedagógicos.

A justificativa desta pesquisa foi discutir o processo de alfabetização considerando as condições objetivas do trabalho docente e analisando as dimensões centrais da qualidade da

educação. No Pará, onde persistem desigualdades regionais e limitações estruturais históricas, compreender o contexto do trabalho docente é fundamental para a proposição de políticas públicas eficazes e para a valorização da profissão docente. Este estudo se torna especialmente relevante em um cenário de políticas educacionais marcadas por metas de desempenho e responsabilização, que muitas vezes desconsideram os contextos reais das escolas públicas. Desse modo, o problema de pesquisa é: Como as condições de trabalho dos/as professores/as da educação básica no Pará impactam o processo de alfabetização das crianças nos anos iniciais do ensino fundamental?

Nessa perspectiva diante do problema demonstrado, visto que possui uma considerável relevância nos estudos do âmbito educacional e de desenvolvimento da criança, principais nas atividades pedagógicas de alfabetização. Observa-se que, sem a promoção de um local apropriado para o exercício das atividades educacionais ocorrem prejuízos irreversíveis no histórico escolar e desenvolvimento do aluno, como a contribuição com a evasão escolar, desinteresse pelas demandas institucionais, desenvolvimento socioemocional prejudicado, dificuldades de aprendizagem e entre outros aspectos, assim como também o desconforto emocional e físico dos profissionais educacionais expostos a estas problemáticas.

O objetivo geral é compreender de que forma os as condições de trabalho dos/as professores/as influenciam no processo de alfabetização de crianças no Pará. E os específicos: Investigar os principais fatores estruturais e organizacionais que compõem as condições de trabalho docente no contexto da alfabetização; analisar as possíveis relações entre a precarização do trabalho docente e os desafios do processo de alfabetização em escolas públicas paraenses.

2 METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório-descritivo, articulando revisão de literatura e análise documental, com o objetivo de construir um aporte teórico sobre a temática em diferentes elaborações acadêmicas. Conforme Gil (2010, p. 29), a pesquisa desenvolve-se a partir de material previamente elaborado, constituído principalmente por livros e artigos científicos, destacando-se a revisão de literatura como uma etapa inicial e essencial para diversas categorias de investigação. Nesse processo, o pesquisador não parte de um pressuposto isolado, mas utiliza produções acadêmicas e científicas previamente publicadas como fundamento argumentativo e referencial para a análise do objeto de estudo.

Os materiais consultados, como livros, artigos científicos, relatórios, documentos oficiais e legislações, fornecem um corpo de conhecimento consolidado, permitindo compreender o estado atual da pesquisa sobre o tema, identificar lacunas existentes e orientar o direcionamento do estudo. Essa base teórica também possibilita ao pesquisador aprofundar a análise do objeto de estudo e contribuir com novas perspectivas sobre a temática.A pesquisa científica é, portanto, uma construção contínua de conhecimento, fundamentada nas contribuições de outros pesquisadores (Gil, 2010), garantindo relevância, contextualização e credibilidade acadêmica.

Para a análise dos materiais, adotou-se uma perspectiva qualitativa, com ênfase na observação das políticas públicas de alfabetização implementadas entre 2013 e 2024, bem como nas influências regionais que afetam o processo de alfabetização e nas inter-relações entre a precarização do trabalho docente e as práticas alfabetizadoras. Essa abordagem "exige que o mundo seja examinado com a ideia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para construir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo" (Bogdan; Biklen, 1994, p. 14), e. Dessa forma, busca-se aprofundar a interpretação das múltiplas camadas de significado presentes na realidade social, ampliando a compreensão do fenômeno investigado.

A análise documental consiste em utilizar documentos como fontes de dados para investigar o objeto de estudo (Gil, 2002). Esses documentos podem ser públicos ou privados, abrangendo livros, artigos, relatórios, cartas, diários, legislações e outros materiais relevantes. No presente trabalho, foram analisados documentos como o INEP, a BNCC, decretos de programas nacionais e estaduais, além de normativas relacionadas à alfabetização. Por meio dessa abordagem, é possível examinar criticamente o contexto histórico, político e social que envolve o processo de alfabetização e as condições de trabalho docente, construindo uma análise sólida e teoricamente fundamentada.

3 As políticas de alfabetização no Brasil

No contexto educacional brasileiro, a questão da alfabetização de crianças vem sendo impulsionada por programas que almejam a alfabetização das crianças em tempo hábil, com a crença de que este processo precisa ser acelerado de acordo com a idade escolar. Apesar da relevância destes programas, é necessário considerar os diversos fatores que influenciam esse processo, que não está apenas relacionado à prontidão das crianças, mas também a outros aspectos. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular para o ensino Fundamental do ano de 2017:

> Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos (BNCC, 2017, p.58).

Como mencionado, a BNCC enfatiza que a alfabetização nos primeiros anos deve ser um processo amplo, integrado e significativo, preparando os alunos não apenas para decodificar palavras, mas também para compreender e utilizar a escrita de forma crítica e funcional no cotidiano.

Assim, foram instituídos no Brasil programas nacionais para alfabetização da criança que visam à aprendizagem até o final do 2º ano do ensino fundamental, e a complementação do ensino para crianças do 3º ao 5ª. Essas políticas educacionais propõem ações pedagógicas reduzem os índices de analfabetismo no país, e conta com processos examinadores para identificar a progressão do ensino, e assim, qualificar e observar o desenvolvimento da educação, mesmo que para isso, utilizem abordagens quantitativas.

Em fevereiro de 2013, a Secretaria de Educação Básica juntamente com o Ministério da educação instituiu o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) que alinhava-se ás propostas da BNCC. De acordo com o Ministério da Educação (2013);

> O PNAIC tem o propósito de apoiar todos os professores que atuam no ciclo de alfabetização, incluindo os que atuam nas turmas multisseriadas e multietapa, a planejarem as aulas e a usarem de modo articulado os materiais e as referências curriculares e pedagógicas ofertados pelo MEC às redes que aderirem ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e desenvolverem as ações desse Pacto. (BRASIL, 2013).

Posteriormente, no ano de 2019, foi implementado pelo governo federal o Plano nacional de alfabetização (PNA) através do Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, tendo como objetivo melhorar a alfabetização no Brasil e combater o analfabetismo. Segundo o Ministério da Educação (2019):

> A ciência cognitiva da leitura apresenta um conjunto vigoroso de evidências sobre como as pessoas aprendem a ler e a escrever e indica os caminhos mais eficazes para o ensino da leitura e da escrita. A PNA pretende inserir o Brasil no rol de países que escolheram a ciência como fundamento na elaboração de suas políticas públicas de alfabetização, levando para a sala de aula os achados das ciências cognitivas e promovendo, em consonância com o pacto federativo, as práticas de alfabetização mais eficazes, a fim de criar melhores condições para o ensino e a aprendizagem das habilidades de leitura e de escrita em todo o país. (BRASIL, 2019).

Desse modo, os planos nacionais de alfabetização implementados em 2019 pretendiam impulsionar suas ações de acordo com os estudos da língua e da escrita mais eficientes vigentes do ano em questão, observou-se a prioridade em sua reformulação com base em pesquisas cientificas e propostas pedagógicas presentes em diferentes países.

O programa dispõe de uma “Biblioteca da alfabetização” com material de auxílio ao professor para o desenvolvimento de técnicas alfabetizadoras, assim como guias de contação de histórias e musicalização infantil. Os recursos disponibilizados incluem um “Manual para o aluno” que consiste na autoavaliação da criança com as atividades propostas no livro, assim como a sugestão de exercícios para os docentes aplicarem em sala de aula.

Posteriormente, através das ações avaliativas aplicadas pelo governo foi possível observar os impactos pandêmicos causados na alfabetização de crianças em fase de aprendizado na leitura e escrita. Dito isso, no ano de 2023 foi instituído o “Compromisso Nacional Criança Alfabetizada” através do Decreto Nº 11.556, DE 12 de Junho de 2023 que visa a alfabetização de crianças até o 2º ano e a recuperação do ensino do ensino para crianças até o 5º ano devido a pandemia.

Esse programa abrange a coordenação governamental entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com o objetivo de efetivar o direito à alfabetização de todas as crianças brasileiras, reconhecida como fundamento essencial para a consolidação de trajetórias educacionais exitosas e socialmente significativas. Os objetivos do Programa no Art. 5 apresentam que a meta se condiciona em:

> I – implementar políticas, programas e ações para que as crianças brasileiras estejam alfabetizadas ao final do segundo ano do ensino fundamental; e II - promover medidas para a recomposição das aprendizagens, com foco na alfabetização e na ampliação e no aprofundamento das competências em leitura e escrita das crianças matriculadas na rede de ensino até o final dos anos iniciais do ensino fundamental, prioritariamente aquelas que não alcançaram os padrões adequados de alfabetização até o segundo ano do ensino fundamental (BRASIL, 2023).

O trecho evidencia uma diretriz governamental que, embora apresente metas legítimas de promoção da alfabetização, revela uma lógica tecnicista e padronizada que desconsidera as complexas realidades socioeducacionais do Brasil. Ao estabelecer como marco o final do segundo ano do ensino fundamental, corre-se o risco de reforçar avaliações meramente quantitativas, que ignoram os processos subjetivos da aprendizagem e as desigualdades estruturais que impactam o desenvolvimento escolar das crianças, especialmente aquelas em contextos de vulnerabilidade.

Além disso, a proposta de "recomposição das aprendizagens" pode ocultar a responsabilidade do Estado diante dos retrocessos educacionais recentes, transferindo para a escola e para o trabalho docente a pressão por resultados rápidos, sem garantir as condições materiais, pedagógicas e formativas necessárias para que a alfabetização ocorra de forma plena, crítica e emancipadora.

Embora o compromisso mencionado sinalize avanços importantes ao reconhecer a necessidade de formação continuada de professores, apoio à gestão escolar e investimentos em

infraestrutura, é preciso refletir criticamente sobre a efetividade e a coerência dessas ações frente à histórica precarização das condições de trabalho docente e à fragmentação das políticas educacionais no Brasil.

O discurso de superação das desigualdades, ainda que positivo, corre o risco de se tornar retórico se não vier acompanhado de uma política de financiamento abrangente, de escuta ativa das comunidades escolares e de valorização real dos profissionais da educação. A ênfase nas "especificidades das etapas da educação básica" exige, mais do que generalizações, um compromisso com propostas pedagógicas integradas e construídas a partir dos territórios, respeitando suas diversidades culturais, sociais e econômicas, sob pena de reproduzir as desigualdades que se pretende combater.

De acordo com o INEP (Brasil, 2023), a aprendizagem da língua escrita é um processo complexo, influenciado por múltiplos fatores que ultrapassam o desempenho individual da criança. Uma análise crítica desse entendimento exige reconhecer que o desenvolvimento da escrita não pode ser desvinculado das condições concretas em que se dá o processo educativo, especialmente no que diz respeito à infraestrutura das escolas e às condições de trabalho docente.

Espaços escolares precários, ausência de materiais adequados e a sobrecarga de professores comprometem diretamente a qualidade do ensino e limitam as possibilidades de uma aprendizagem significativa. Assim, é insuficiente responsabilizar apenas o aluno ou a escola pelos resultados na escrita, sendo urgente que as políticas públicas enfrentem de forma estrutural as desigualdades que atravessam o cotidiano escolar, garantindo recursos, valorização profissional e ambientes propícios ao exercício pleno da linguagem.

Dentre as metas do PNE, observa-se o eixo alfabetizador destacando a proposta de desenvolver a alfabetização até o 3º ano do ensino fundamental, mas alinhado a esta perspectiva, deve-se destacar a correlação com a meta 7.18:

> assegurar a todas as escolas públicas de educação básica o acesso à energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência (BRASIL,2014).

Para que a ação alfabetizadora mediada pelos professores dos anos iniciais se desenvolva integralmente, é necessário reconhecer a importância destes fatores e promover investimentos que assegurem essas melhorias para o avanço do ensino. Neste sentido, de acordo com as orientações do Sistema de Avaliação da educação Básica, a taxa de alfabetização infantil é um indicador fundamental para avaliar a qualidade da educação em uma região (SAEB, 2023).

Os dados demonstram que em 2023, 56% das crianças brasileiras das redes públicas alcançaram o patamar de alfabetização definido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

Educacionais Anísio Teixeira (INEP) para o 2º ano do ensino fundamental. Esse resultado é 20 pontos percentuais maiores do que o desempenho apresentado pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) 2021 e 1 ponto percentual acima da avaliação de 2019 (55%) (INEP, 2024).

A Região Sul apresentou a maior taxa de alfabetização, com 96,6% da população alfabetizada, seguida pela Região Sudeste, com 96,1%. No Pará, a taxa de alfabetização é de 86,3%, de acordo com dados do Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2023). Essa taxa é ligeiramente acima da média da Região Nordeste.

De acordo com o Relatório da pesquisa alfabetiza Brasil (2023):

> [...] entre meados dos anos 1990 e início dos anos 2000, estão os baixos níveis de desempenho dos estudantes nas provas de língua portuguesa e matemática, com ênfase em leitura e na resolução de problemas, respectivamente. Esses dados indicavam que parcela significativa de crianças concluía os anos iniciais do ensino fundamental (EF) com defasagens no processo de alfabetização.

Por isso, o Governo Federal implementou políticas alfabetizadoras orientadas por metas estabelecidas por meio de critérios avaliativos. Além do SAEB (2023), eram aplicadas nas instituições as chamadas “provinha Brasil”, em que se efetuava em todo fim de ano letivo, a fim de identificar a progressão do ensino.

3.1 Os Programas de Alfabetização no Pará

Os projetos de alfabetização no Pará revelam um esforço institucional para enfrentar um problema histórico e estrutural: o elevado índice de analfabetismo no estado. A redução de 28% em 2001 para 11% em 2010, segundo os dados do IBGE, demonstra uma tendência positiva, mas ainda insuficiente diante das desigualdades sociais, territoriais e educacionais que marcam a realidade paraense. Essa diminuição, embora expressiva, não deve ser interpretada apenas como resultado direto de políticas educacionais recentes, mas como parte de um processo mais amplo que envolve lutas sociais, mobilização de educadores e investimentos esporádicos e muitas vezes descontinuados.

A ausência de políticas públicas consistentes e de longo prazo, especialmente voltadas às populações rurais, indígenas, quilombolas e ribeirinhas, ainda restringe significativamente o alcance dos programas de alfabetização. Essa realidade aprofunda os índices de analfabetismo e compromete o acesso a uma educação pública de qualidade, que reconheça e valorize a cultura, os saberes locais e o contexto sociocultural em que o aluno está inserido. Como consequência, agrava-se a desigualdade educacional entre escolas de diferentes regiões, revelando a necessidade urgente de políticas educacionais equitativas e territorialmente sensíveis.

Compreende-se que a alfabetização vai além do simples ato de ensinar a decodificação de palavras. Trata-se de um processo amplo, que visa inserir a criança, de forma crítica e cidadã, no universo letrado, tornando-a capaz de compreender a realidade em que está inserida e de atuar nela de maneira transformadora. Embora a alfabetização crítica e libertadora dependa das práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores, essas práticas requerem condições adequadas de trabalho, recursos e espaços apropriados. Nesse contexto, os programas estatais podem desempenhar um papel importante ao fornecer suporte estrutural e pedagógico, possibilitando que os docentes promovam uma alfabetização que vá além de resultados numéricos e dialogue efetivamente com a realidade de alunos historicamente excluídos da escola.

O programa Alfabetiza Pará (2023) , embora represente uma iniciativa importante no enfrentamento das defasagens de alfabetização no estado, precisa ser analisado criticamente à luz dos desafios estruturais e históricos da educação pública paraense. O foco em garantir a alfabetização até o final do 2º ano do ensino fundamental está alinhado a metas nacionais, mas pode reforçar uma lógica de performatividade, centrada em indicadores de avaliação que nem sempre traduzem a complexidade dos processos de aprendizagem. De acordo com as normativas do programa na legislação estadual;

> Art. 1º Fica instituído o Programa Alfabetiza Pará, por meio do qual o Estado do Pará, em cumprimento ao regime de colaboração, prestará cooperação técnica, pedagógica e financeira aos municípios do Estado, com o objetivo de fortalecer o processo de alfabetização na idade certa dos alunos da rede pública, a fim de garantir uma política pública educacional eficiente e eficaz, resultando na melhoria dos indicadores (PARÁ, 2023, Art. 1º).

A valorização da formação continuada e do apoio técnico-financeiro aos municípios é positiva, porém, torna-se insuficiente se não estiver articulada a um projeto pedagógico emancipador, que considere as realidades socioculturais das crianças e das escolas, especialmente nas regiões mais vulneráveis.

Além disso, o reconhecimento por meio de selos como o "Selo Ouro" do MEC pode mascarar as dificuldades vividas no cotidiano escolar, como a precarização do trabalho docente, a rotatividade de profissionais e a falta de infraestrutura adequada. Portanto, é fundamental que o Alfabetiza Pará vá além da lógica de metas e rankings e se comprometa, de fato, com uma alfabetização de forma abrangente considerando as perspectivas que contribuem para melhoria da educação.

Atualmente, os docentes recebem os materiais complementares através das reuniões de formação de professores e adequam os recursos para a as práticas em sala de sala. Além disso, de acordo com o Art. 5º da Lei nº 9.867/2023 o Poder Executivo é autorizado a pagar bolsas aos profissionais envolvidos nas ações de formação continuada do Programa Alfabetiza Pará,

sendo os critérios, valores, perfis e quantidades definidos em regulamento próprio (PARÁ, 2023).

É necessário reforçar que o programa não leva em consideração a infraestrutura das escolas de ensino fundamental em que o projeto está em rigor, as normativas do Alfabetiza pressupõem que as escolas com menores resultados terão o apoio financeiro visando a sua melhoria, e esses indicativos serão identificados através de avaliações do Sistema Paraense de Avaliação Educacional (SISPAE).

Esses esforços demonstrados pelo poder público muitas vezes desconsidera a realidade estrutural das escolas onde são implementados. A infraestrutura precária, não contemplada previamente nas ações, compromete a eficácia das propostas. É apenas após a análise dos resultados quantitativos analisados nas avaliações é que se cogita algum reinvestimento, o que evidencia uma lógica reativa, em vez de preventiva e planejada.

A partir do programa “Alfabetiza Pará” dentre os seus módulos estão a campanha “Bora alfabetizar” que consiste na formação de professores com ferramentas estratégicas de ludicidade para o letramento e alfabetização. Além disso, o projeto propõe o exercício da leitura nas instituições através da ação “Fluência leitora”, na qual é avaliada por culminâncias na escola para identificar a progressão do desempenho textual. De acordo com a SEDUC “[...] Antes eram 78% das crianças não alfabetizadas na idade certa, hoje a gente já reduziu esse número para cerca de 53%, ou seja, estamos avançando" (PARÁ, 2023).

O programa “Alfabetiza Pará”, por meio de ações como a campanha “Bora alfabetizar” e “Influência leitora”, representa uma tentativa de qualificar o processo de alfabetização nas escolas públicas do estado, com foco na formação docente e no incentivo à leitura. No entanto, uma análise crítica revela que, apesar do discurso de avanço, com a redução do índice de crianças não alfabetizadas na idade certa de 78% para 53%, os dados ainda apontam para uma realidade alarmante: mais da metade das crianças continuam fora dos parâmetros estabelecidos.

Isso evidencia que os desafios estruturais persistem e que as estratégias adotadas, embora relevantes, ainda não têm alcançado a efetividade necessária. A ênfase na ludicidade e na mensuração da fluência leitora é válida, mas não pode ser desvinculada de uma análise crítica das condições reais das escolas, da valorização do trabalho docente e da necessidade de uma política de alfabetização que seja contextualizada, contínua e construída em diálogo com os territórios. Avaliações pontuais e culminâncias escolares não substituem o acompanhamento pedagógico permanente nem garantem, por si só, uma aprendizagem significativa. Portanto, é preciso que o programa vá além da retórica de melhoria e enfrente com profundidade as desigualdades que continuam comprometendo o direito à alfabetização plena.

3.2 As condições de trabalho docente e os impactos na alfabetização de crianças no Pará.

A comparação das taxas de alfabetização entre os estados do Brasil revela importantes disparidades regionais que evidenciam as desigualdades no acesso à educação e nas condições socioeconômicas de diferentes regiões. No caso do Pará, cuja taxa de alfabetização é intermediária quando comparada com outros estados do Nordeste, como Alagoas (82,3%) e Piauí (82,8%), é possível observar que a região Norte, de forma geral, ainda enfrenta grandes desafios em relação à educação, especialmente em áreas mais afastadas e com acesso limitado a recursos e infraestrutura (INEP 2024).

O Pará, embora apresente uma taxa que supera a de alguns estados do Nordeste, ainda fica atrás de estados mais desenvolvidos como Santa Catarina, com uma taxa de alfabetização impressionante de 97,3%. Isso revela a disparidade entre as regiões do Brasil e levanta questões sobre os fatores históricos, econômicos e sociais que impactam a educação. O Sul, com sua infraestrutura mais avançada e maior investimento em educação, reflete o abismo que existe em relação ao Norte e Nordeste, onde os recursos são mais escassos e as desigualdades sociais ainda são mais evidentes (INEP 2024).

No ano de 2024, o Jornal O Globo divulgou dados de que o estado do Pará apresenta uma das piores infraestruturas do país, principalmente nas áreas rurais[2]. Evidencia-se a carência de itens básicos para o funcionamento de uma instituição, elencando primeiramente a falta de água de potável e em seguida a luz elétrica, na qual descarta a possibilidade de uso de elementos tecnológicos e climatização de áreas. A taxa intermediária do Pará indica que, embora haja avanços na educação, ainda existem limitações significativas que precisam ser enfrentadas e colaboram para o mau funcionamento da escola. Os dados revelados apontam o Pará como o estado com o maior número de escolas com infraestrutura precária no Brasil[3].

Com 995 unidades sem nenhum dos 16 aspectos básicos analisados, é revelada uma realidade alarmante e profundamente preocupante para a educação no país. Essa constatação não é apenas um número: ela representa a negação de direitos fundamentais a milhares de estudantes e profissionais da educação paraenses.

Foi aprovado no ano de 2023 o Decreto Nº 3.230 implementado pelo Governo do Pará em parceria com a SEDUC, o programa “Dinheiro na escola paraense”. O projeto permite a

---

[2] ALFANO, BRUNO. **Pará tem o maior número de escolas com as piores infraestruturas do país, mostra ferramenta de O GLOBO**; veja o número por estado. O Globo, Rio de Janeiro, 1 mar. 2024. Disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/noticia/2024/03/01/para-tem-o-maior-numero-de-escolas-com-as-piores-infraestruturas-do-pais-mostra-ferramenta-de-o-globo-veja-o-numero-por-estado.ghtml. Acesso em: 28 jul. 2025.

maior autonomia da gestão escolar para o investimento de verbas que solucionem principalmente as questões de infraestrutura física e pedagógica da instituição. No entanto, para que os recursos se destinem as escolas é necessário que o conselho escolar esteja devidamente regularizado, porém os dados recentes demonstram que apenas 579 instituições de ensino poderão acessar este recurso.

Observa-se que para o pleno desenvolvimento da profissão docente nas ações pedagógicas e de alfabetização são necessários fatores importantes para a valorização do trabalho, sobretudo as questões de infraestrutura física escolar alinhada às condições de trabalho inclusas na em outras demandas do profissional. A falta de infraestrutura, a atuação da família dos alunos na escola, a indisciplina, a violência física, as pressões sociais, a dificuldade em manter-se atualizado, a baixa remuneração que obriga a jornadas semanais extenuantes, a impossibilidade de prever o percurso da aprendizagem, devido às peculiaridades de cada grupo e de cada aluno, são citadas como algumas destas variáveis (Thiele; Ahlert, 2007).

Nas instituições escolares, observa-se uma grande disparidade nas condições de trabalho docente, especialmente no que diz respeito à infraestrutura. Muitos professores enfrentam ambientes precários, com escolas em más condições, falta de recursos didáticos, insuficiência de salas climatizadas e até riscos estruturais que comprometem a segurança. Além disso, a desvalorização da profissão os submete a adversidades que vão além da infraestrutura, incluindo imposições organizacionais que restringem sua autonomia em sala de aula, limitando sua capacidade de ensinar de forma mais livre e eficaz.

De acordo com Thiele e Ahrlet (2007) ao citarem Kuenzer (1999) referindo-se ao mercado de trabalho contextualizado para a profissão docente, é exposto que:

> num contexto em que se articulam as mudanças no mundo de trabalho, as políticas públicas e as políticas educacionais, e no quais os professores têm pouca, ou nenhuma, voz ativa. Para ela, é necessário compreender que a cada etapa de desenvolvimento social e econômico correspondem projetos pedagógicos, aos quais se associam perfis diferenciados de professores, de modo a atender às demandas dos sistemas social e produtivo com base na concepção dominante(Kuenzer, 1999, apud Thiele; Ahlert, 2007).

Nesse sentido, ao adentrarmos nas lógicas neoliberais ainda existentes nas práticas pedagógicas, analisa-se as suposições de que o professor deveria formar alunos para o mercado de trabalho, envolvendo-os em um ensino tecnicista proposto pelas ações governamentais que desassociam as metodologias pedagógicas baseadas na criticidade, priorizando o sistema de produção e mão de obra do aluno, além posicioná-losem situações de pressão por resultados excessivos sem considerar as especificidades diárias encontradas na sala de aula, principalmente estruturais.

Estes aspectos demandam um novo olhar para as condições de trabalho docente, visto que, a baixa valorização e o desgaste físico e emocional transformam os anseios por uma educação inovadora em uma etapa repetitiva nas suas ações de ensino e no planejamento do trabalho, sobretudo nas práticas alfabetizadoras que requerem renovações contínuas no desenvolvimento. As condutas demonstradas, também se prejudicam por questões de estrutura física do local. Thiele e Ahrlet destacam que:

> [...] Os docentes trabalham em salas com muitas pessoas respirando o pouco ar que circula no ambiente, com estrutura física onde a luminosidade natural é deficiente. É preciso verificar se existe sofrimento e qual o nível do mesmo entre os docentes e quais as possíveis causas e sintomas que posteriormente poderão servir de alerta para a necessidade de políticas públicas voltadas para a saúde dos docentes (Thiele; Ahrlet, 2023 P. 11). .

A tese de Reis (2014), intitulada "O adoecimento dos trabalhadores docentes na rede pública de ensino de Belém-Pará", oferece uma análise crítica das condições de trabalho dos professores do ensino fundamental na Rede Municipal de Ensino de Belém (RME), especialmente no contexto das reformas educacionais implementadas entre 2005 e 2012. A autora argumenta que essas reformas, ao priorizarem metas quantitativas e a lógica da eficiência, contribuíram para a intensificação e precarização do trabalho docente, resultando em um aumento significativo dos casos de adoecimento entre os professores.

Reis (2014) destaca que a intensificação do trabalho docente se manifesta por meio de jornadas extenuantes, acúmulo de funções, pressão por resultados e falta de autonomia pedagógica. Essas condições são agravadas pela carência de infraestrutura adequada, ausência de apoio institucional e políticas educacionais que desconsideram as especificidades do contexto local. A autora também enfatiza que o adoecimento dos professores não é apenas físico, mas também psicológico, refletindo sintomas como estresse, ansiedade e depressão, que comprometem a qualidade do ensino e a saúde dos profissionais.

A pesquisa de Reis (2014) contribui para a compreensão de que as condições de trabalho dos docentes estão intrinsecamente ligadas às políticas educacionais adotadas e que a melhoria da qualidade da educação passa necessariamente pela valorização e cuidado com os profissionais da educação. Assim, a autora defende a necessidade de políticas públicas que promovam melhores condições de trabalho, formação continuada e suporte institucional, visando não apenas à saúde dos professores, mas também à efetividade do processo educativo.

A ausência total de infraestrutura básica nessas quase mil escolas do Pará demonstradas no Jornal O Globo (2024) implica em condições de aprendizado e trabalho absolutamente inadequadas. Sem acesso a itens como água potável, energia elétrica, saneamento básico, bibliotecas, laboratórios e espaços adequados para o desenvolvimento pedagógico e social,

como quadras de esportes, o processo educativo é severamente comprometido. Essa precariedade não afeta apenas o desempenho dos alunos, mas também a saúde física e mental de toda a comunidade escolar.

A efetividade do processo de alfabetização na escola pública brasileira, especialmente em estados da Região Norte como o Pará, está diretamente condicionada à realidade material das instituições e às condições de trabalho enfrentadas pelos/as professores/as. Não se pode desvincular o ato pedagógico de ensinar a ler e escrever das condições concretas que o sustentam: infraestrutura escolar adequada, recursos didáticos disponíveis, jornada de trabalho justa e suporte institucional.

Contudo, como demonstram Gomes, Nunes e Pádua (2019), a ausência desses elementos impõe barreiras significativas ao exercício da docência, sobretudo nos anos iniciais do ensino fundamental. As autoras observam que:

> as condições concretas de exercício da profissão e, mais especificamente, a adequabilidade dos espaços escolares e a oferta de materiais e equipamentos necessários para a realização da atividade docente ainda permanecem um desafio em muitas escolas de educação básica no País" (Gomes; Nunes; Pádua, 2019, p. 281).

Observa-se, também, a recorrente negligência do poder público em manter escolas em funcionamento adequado, muitas vezes instaladas, por longos períodos, em edificações históricas sem a realização de reformas estruturais ou a devida manutenção. De acordo com o blog Belém antiga, uma das escolas mais tradicionais do Pará, com 170 anos de existência, representa um retrato dos desafios enfrentados pela educação pública no Brasil: "Ele tem 170 anos de vida e é a mais antiga escola em funcionamento no Pará. Sua história é um retrato dos desafios da educação no país" (Belém Antiga, 2014).

A instituição, anteriormente reconhecida como referência em qualidade de ensino, passou a representar motivo de preocupação, especialmente para os professores, cujas condições de trabalho foram gravemente comprometidas pela precariedade física do espaço escolar. Conforme reportado pelo portal *DOL* (2018), "alunos, professores e demais servidores sentem o desânimo de estarem em uma unidade que já teve seus tempos áureos e que hoje amarga uma ruína estrutural". Esse cenário evidencia a persistente negligência da rede pública de ensino no estado do Pará, sobretudo no que se refere à garantia de condições adequadas de trabalho docente e à promoção de um ambiente escolar seguro e propício à aprendizagem.

Nas instituições que ofertam o ensino nos anos iniciais do Ensino Fundamental etapa essencial no processo de ensino-aprendizagem da criança, a precariedade das condições escolares torna-se ainda mais preocupante. É nesse período que ocorrem as primeiras experiências com a alfabetização e a construção dos conceitos fundamentais das diversas áreas do conhecimento, o que exige um ambiente escolar seguro e estruturado.

No entanto, casos de acidentes em escolas públicas do estado do Pará têm se tornados recorrentes. Em 2024, conforme divulgado pelo portal *DOL* (Mercês, 2024), um vídeo registrou o desabamento do teto de uma escola durante uma forte chuva. A unidade escolar, que já apresentava graves problemas estruturais, havia feito diversas reclamações à Secretaria de Educação, sem que providências efetivas fossem adotadas.

Grande parte das denúncias refere-se à precariedade da infraestrutura, à falta de conservação dos espaços comuns e à inadequação dos equipamentos pedagógicos disponibilizados. Como consequência, a escola foi interditada, o que gerou a suspensão das aulas e comprometeu o cumprimento do calendário letivo, segundo informações veiculadas pelo mesmo portal. Diante desse cenário, torna-se imprescindível que o ambiente escolar esteja minimamente estruturado e adequado, de forma a assegurar o pleno desenvolvimento das atividades pedagógicas e a construção do conhecimento de maneira significativa e contínua.

Estudos desenvolvidos por Garcia (2022, p. 141), com foco na análise da infraestrutura das escolas de Ensino Fundamental, demonstraram que as instituições localizadas nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, em sua maioria, enquadram-se nos níveis considerados elementares. Esses níveis são definidos com base na oferta mínima de recursos estruturais, como acesso à água potável, instalações sanitárias, cozinha e energia elétrica. O estudo evidencia, portanto, a situação de vulnerabilidade em que se encontra grande parte da rede pública de ensino nessas regiões, reafirmando a precariedade da infraestrutura escolar, especialmente no estado do Pará.

4 Considerações Finais

Os estudos apresentados ao longo deste artigo demonstram que a alfabetização no Brasil se encontra em processo contínuo de desenvolvimento, impulsionado por programas nacionais que visam garantir a alfabetização na idade certa. Tais programas têm promovido projetos que buscam a apropriação da leitura e da escrita por meio de práticas diversificadas de letramento, articuladas a ações avaliativas que acompanham a progressão da aprendizagem. Essas ações, no entanto, adotam predominantemente abordagens quantitativas. Os dados analisados indicam que, embora de forma lenta, houve um crescimento de um ponto percentual nos índices de alfabetização em comparação com os dados de 2019. No entanto, estados como o Pará, assim como grande parte da região Nordeste, continuam apresentando elevados índices de defasagem no processo de alfabetização.

Apesar dos constantes esforços do governo federal em implementar políticas voltadas à alfabetização, observa-se que as ações desenvolvidas ainda não são suficientemente eficazes ou inovadoras. Há uma tendência à padronização do ensino, sem a devida consideração às

especificidades dos alunos, desrespeitando suas diversidades culturais, sociais e econômicas. Soma-se a isso a negligência em relação à realidade estrutural das instituições de ensino, fator essencial para o desenvolvimento adequado do processo educativo. Destaca-se, ainda, o foco excessivo em dados quantitativos, que reforçam a pressão por resultados imediatos sobre os docentes, sem assegurar as condições mínimas de trabalho nem oferecer processos de formação continuada que favoreçam uma alfabetização crítica e significativa.

Dessa forma, os estudos apontam que, para que o processo de ensino-aprendizagem ocorra de forma plena e transformadora, é necessário considerar aspectos que vão além dos previstos nas atuais políticas de alfabetização. É fundamental garantir ambientes escolares adequados, com salas de aula apropriadas, materiais e recursos pedagógicos que de fato contribuam para a emancipação do aluno. Além disso, é imprescindível assegurar boas condições de trabalho aos professores, com foco na valorização profissional, formação continuada e reconhecimento do papel essencial que desempenham na construção de uma educação pública de qualidade.

Os dados referentes ao estado do Pará revelam um índice alarmante de analfabetismo, evidenciando uma trajetória histórica marcada por uma progressão lenta e insuficiente no que diz respeito à alfabetização. Essa realidade expõe não apenas os desafios educacionais enfrentados pelo estado, mas também aprofunda as desigualdades sociais e estruturais historicamente presentes na região. Apesar da constante mobilização de professores e de movimentos sociais em prol de uma educação de qualidade, ainda são escassas as políticas públicas eficazes que atendam às especificidades das populações que vivem em áreas de difícil acesso, como as regiões rurais, ribeirinhas, indígenas e quilombolas. Os planos governamentais tendem a adotar uma padronização do ensino que não contempla essas diversidades culturais, geográficas e sociais, o que torna as políticas educativas insuficientes para promover a equidade.

Embora o governo estadual tenha implementado o projeto *Alfabetiza Pará*, com o intuito de suprir tais necessidades, observa-se que sua abrangência é limitada. Assim como ocorre com outras políticas nacionais de alfabetização, o projeto é fortemente orientado por ações avaliativas que desconsideram a complexidade dos processos de ensino e aprendizagem. Ainda que inclua propostas de formação continuada para os docentes, sua efetividade é comprometida quando essas formações não dialogam com as realidades locais e as condições concretas das escolas em que são aplicadas. Outro ponto crítico é que os recursos financeiros destinados ao programa só são liberados após a identificação de defasagens nas avaliações externas, o que revela uma lógica de intervenção tardia e reativa.

Os subprojetos Bora alfabetizar a influência leitora são relevantes por promoverem práticas lúdicas e estratégias voltadas à ampliação da leitura e da escrita. No entanto, tais iniciativas perdem sua força quando não estão articuladas a uma proposta de aprendizagem significativa, que reconheça o contexto dos estudantes e contribua, de forma efetiva, para a redução das desigualdades sociais e para a garantia do direito à alfabetização como um processo contínuo, crítico e emancipador.

Diante dos dados analisados, observa-se que o estado do Pará figura entre os que mais apresentam carências relacionadas à educação, sobretudo no que diz respeito à infraestrutura escolar. Quando comparado a estados da região Sul que recebe investimentos mais consistentes e frequentes, a desigualdade torna-se ainda mais evidente. Essa disparidade revela não apenas uma desigualdade de investimentos, mas também desigualdades socioeconômicas, estruturais e educacionais historicamente presentes entre as regiões brasileiras.

As deficiências estruturais são ainda mais acentuadas nas áreas rurais, ribeirinhas e periféricas do estado, onde muitas escolas não dispõem sequer do básico: salas de aula climatizadas, água potável, energia elétrica e recursos tecnológicos. Essa realidade compromete diretamente a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, sobretudo nos anos iniciais do ensino fundamental, fase essencial para o desenvolvimento da alfabetização. É importante destacar que a precariedade das condições físicas das escolas expõe professores, estudantes e demais servidores a riscos constantes, dificultando não apenas a permanência, mas a continuidade das aulas.

Apesar das iniciativas do governo federal e estadual, como o programa “Dinheiro Direto na Escola”, que busca repassar recursos financeiros às unidades escolares, muitas instituições acabam sendo excluídas do recebimento por não atenderem critérios burocráticos, como a regularização do conselho escolar. Essa exigência, embora importante, não deveria ser um impedimento para que escolas em situação de vulnerabilidade extrema recebam o apoio necessário. O acesso a condições mínimas de funcionamento deve ser garantido como um direito fundamental, e não condicionado a trâmites que muitas vezes não estão ao alcance imediato das escolas mais carentes.

Para que a prática docente se desenvolva de forma plena e significativa, é imprescindível garantir condições adequadas de trabalho. Isso inclui uma jornada justa, espaços adequados, materiais pedagógicos acessíveis e ambientes minimamente estruturados, com salas climatizadas e recursos didáticos que favoreçam o processo de ensino-aprendizagem. Sem isso, torna-se inviável promover uma educação crítica, emancipadora e equitativa.

Além disso, é importante destacar que muitas políticas educacionais ainda se baseiam em uma lógica neoliberal, priorizando avaliações padronizadas e resultados numéricos, em

detrimento da formação integral do estudante. Essa perspectiva instrumentaliza a educação, reduzindo-a à preparação para o mercado de trabalho, e negligência os aspectos subjetivos, sociais, culturais e afetivos do desenvolvimento infantil.

Nesse contexto, mesmo que os subprojetos desenvolvidos pelo Governo do Pará e pela Prefeitura de Belém representem avanços no que tange à ampliação das práticas pedagógicas voltadas à alfabetização, tais iniciativas perdem força se não forem acompanhadas por políticas públicas estruturais e integradas. A formação crítica e significativa do estudante exige mais do que estratégias pontuais: requer investimento contínuo, valorização profissional, escuta ativa das comunidades escolares e respeito às especificidades territoriais. A infraestrutura escolar deficiente no Pará é um obstáculo significativo à alfabetização e ao desenvolvimento das crianças. É necessário um esforço conjunto para superar essa realidade e garantir que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

BELÉM ANTIGA. **Patrimônio:** os 170 de uma escola. 20 out. 2014. Disponível em: https://belemantiga.blogspot.com/2014/10/patrimonio-os-170-de-uma-escola.html. Acesso em: 11 jul. 2025.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório da Pesquisa Alfabetiza Brasil**: Diretrizes para uma Política Nacional de Avaliação da Alfabetização das Crianças. Brasília, DF: Inep, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_basica/relatorio_da_pesquisa_alfabetiza_brasil.pdf. Acesso em: 22 mar. 2025.

BRASIL. Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023**. Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 160, n. 110, p. 2, 13 jun. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11556.htm.Acesso em: 22 mar. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2024**: Resumo Técnico. Brasília, 2025. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2024.pdf. Acesso em: 22 mar. 2025

BRASIL. Ministério da Educação. **Compromisso Nacional Criança Alfabetizada**. Brasília, DF: MEC, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/crianca-alfabetizada. Acesso em: 22 mar. 2025.

CASTRO, Elianice Silva. A infraestrutura escolar brasileira como indicador para políticas públicas e para um padrão de qualidade em educação. 2018. 148 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) — Universidade de Brasília,

Brasília, 2018. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/34625/1/2018_ElianiceSilvaCastro.pdf. Acesso em: 4 mar. 2025.

CUNHA, Saulo Daniel Mendes et al. V**ivências, condições de trabalho e processo saúde-doença:** retratos da realidade docente**.** Educação em Revista, v. 40, p. e36820, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edur/a/QxWTjkxVDCy7vPXsRWJ4HgB. Acesso em 13 jun. 2023.

DOL. **Paes de Carvalho chegará aos 177 anos em situação precária**. 14 mar. 2018. Disponível em: https://dol.com.br/noticias/para/noticia-523708-paes-de-carvalho-chegara-aos-177-anos-em-situacao-precaria.html?d=1. Acesso em: 11 jul. 2025.

GARCIA, Paulo Sérgio. **Um estudo de caso analisando a infraestrutura das escolas de ensino fundamental**. *Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional*, Curitiba, v. 9, n. 23, p. 137–159, set./dez. 2014. Disponível em: http://www.utp.br/cadernos_de_pesquisa. Acesso em: 11 jul. 2025.

GOMES, Valdete Aparecida Fernandes Moutinho; NUNES, Célia Maria Fernandes; PÁDUA, Karla Cunha. **Condições de trabalho e valorização docente**: um diálogo com professoras do ensino fundamental I. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 100, n. 255, p. 277–296, mai./ago. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbeped/a/NfjgYksvFCrtdpJhkmTtRjb/?format=html&lang=pt. Acesso em: 03 abr. 2025.

REIS, Maria Izabel Alves dos. **O adoecimento dos trabalhadores docentes na rede pública de ensino de Belém-Pará**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Belém, 2014. Disponível em: https://ppgedufpa.com.br/bv/arquivos/File/d14_mariaizabel.pdf. Acesso em: dez. 2023.

MERCÊS, Adams. **Escola municipal de Belém é interditada após telhado desabar**. DOL – Diário Online, Belém, 13 ago. 2024. Disponível em: https://dol.com.br/noticias/para/871173/escola-municipal-de-belem-e-interditada-apos-telhado-desabar?d=1. Acesso em: 14 jul. 2025.

MINISTERIO DA SAUDE. **Primeira Infância**. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-az/s/saude-da-crianca/primeira-infancia. Acesso em 22 mar. de 2025.

PARÁ. **Lei nº 9.867, de 19 de julho de 2023.** Institui o Programa Alfabetiza Pará. Diário Oficial do Estado do Pará, Belém, PA, 20 jul. 2023. Disponível em: https://leisestaduais.com.br/pa/lei-ordinaria-n-9867-2023-para-institui-o-programa-alfabetiza-para-vinculado-a-secretaria-de-estado-de. Acesso em: 14 mai. 2025.

PARÁ. Secretaria de Estado de Educação. **Alfabetização na Idade Certa:** Pará dobra número de crianças leitoras e cresce 47% na avaliação de fluência. Belém: SEDUC, 21 mar. 2024. Disponível em: https://www.seduc.pa.gov.br/noticia/13038-alfabetizacao-na-idade-certa--para-dobra-numero-de-criancas-leitoras-e-cresce-47--na-avaliacao-de-fluencia. Acesso em: 17 mai. 2025.

SILVA, Flavia Dhayanny da; ALMEIDA, Severina Alves de. **A leitura na infância e suas contribuições para a alfabetização**. *JNT - Facit Business and Technology Journal*, Qualis B1, v. 1, n. 43, p. 244-252, jul. 2023. Disponível em: http://revistas.faculdadefacit.edu.br. Acesso em: 22 mar. 2025.

THIELE, Marisa Elizabetha Boll; AHLERT, Alvori. **Condições de trabalho docente**: um olhar na perspectiva do acolhimento. Estado do Paraná – Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE). UNIOESTE. 2007. Disponível em: https://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/857-4.pdf. Acesso em: 20 mar. 2025.